

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL –
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**PARA (RE)PENSAR A DIFERENÇA: ADAPTAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Lidiane Barreto Alves Zwick

**Capão da Canoa, RS, Brasil
2010**

**PARA (RE)PENSAR A DIFERENÇA: ADAPTAÇÕES
NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS**

por

Lidiane Barreto Alves Zwick

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Prof. Ms. Camila Righi Medeiros Camillo

**Capão da Canoa, RS, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico
de Especialização

**PARA (RE)PENSAR A DIFERENÇA: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS
PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

elaborado por
Lidiane Barreto Alves Zwick

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Ms. Camila Righi Medeiros Camillo
(Presidente/Orientador)

Prof. Ms. Fernanda de Camargo Machado

Prof. Ms. Juliane Marschall Morgenstern

Capão da Canoa, 22 de outubro de 2010.

RESUMO

Artigo Monográfico de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria

PARA (RE)PENSAR A DIFERENÇA: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

AUTORA: LIDIANE BARRETO ALVES ZWICK

ORIENTADORA: CAMILA RIGHI MEDEIROS CAMILLO

Data e local da defesa: Capão da Canoa, 22 de outubro de 2010.

O presente artigo tem como objetivo discutir a educação de surdos na perspectiva inclusiva, analisando e problematizando as adaptações necessárias no âmbito da inclusão de alunos surdos, a saber, em que sentido as diferenças surdas são consideradas no processo educacional da escola. Dessa forma, buscar sinalizar quais seriam as adaptações, as estratégias necessárias para a inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino, a fim de que tenham uma educação de qualidade que valorize e respeite a sua cultura e sua diferença lingüística.

Alicerçado ao campo de saber dos Estudos Culturais em Educação e sabendo que a inclusão é um dos temas mais debatidos na atualidade, entende-se que é necessário tensionar as relações de poder que constituem as práticas inclusivas na educação de surdos hoje, que por sua vez estão ainda perpassadas pelo ideal de “normalidade”, mas que necessitam entender o sujeito surdo para além da falta, como um sujeito da diferença principalmente lingüística e cultural.

Para isso, podemos pensar nas adaptações de pequeno e grande porte no que tange as iniciativas, ações e estratégias que estão sendo tomadas pelas instâncias competentes (nível municipal, estadual, federal, escolar) para que as diferenças surdas não sejam “apagadas”, mas sim que se respeite a língua, a identidade e a cultura surda. Ou se essas adaptações estão sendo “revestidas pelo discurso da diferença”, mas continuam a investir na normalização dos alunos surdos.

Palavras-chave: inclusão, educação de surdos, adaptações.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 5 |
| 2 A INCLUSÃO DE SURDOS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS: INSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA | 7 |
| 3 A LÍNGUA DE SINAIS E O PROCESSO INCLUSIVO: SINALIZANDO ESPAÇOS PARA (RE)PENSAR A DIFERENÇA | 10 |
| 4 NOVOS OLHARES NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO | 14 |
| 4.1 Adaptações de grande porte (adaptações significativas)..... | 15 |
| 4.2 Adaptações de pequeno porte | 17 |
| 5 ANÁLISE CONCLUSIVA: PARA MANTER A DISCUSSÃO | 20 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 22 |

1 INTRODUÇÃO

Desde que ingressei no Curso de Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria em 2003, tive contato com o mundo surdo, pois diariamente convivia com um colega surdo que também ingressara no mesmo Curso. Com isso eu e minhas colegas tínhamos diferentes discussões sobre a relação entre nós ouvintes e o colega surdo, sobre qual seria a melhor forma de atuar com alunos surdos, de respeitar a sua cultura e língua própria; enfim, muitos questionamentos e problematizações que surgiam eminentemente do convívio com ele.

A partir deste momento comecei o contato com a escola de surdos de Santa Maria (Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Coser), pois percebia que apenas as discussões na faculdade não estavam sendo suficientes para a minha caminhada como educadora. Então comecei a freqüentar este ambiente e descobrir um pouco mais sobre esses sujeitos, que possuíam uma língua tão diferente da minha e a qual tive que aprender para me comunicar e para realizar o estágio na área da surdez. O aprendizado que se deu na escola de surdos foi muito significativo e posso garantir que a experiência que tive com essa comunidade foi ímpar para a minha formação, pois foi possível pensar teoria e prática como espaços inseparáveis, na medida em que estão diretamente relacionados à nossa formação.

Quando me formei acabei indo trabalhar em uma cidade diferente, Capão da Canoa/RS, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Medeiros Fernandes, onde a proposta educacional era trabalhar com alunos surdos incluídos, algo muito diferente da minha experiência na escola de surdos. Neste sentido, outras formas de pensar a educação de surdos perpassaram minha vida, o que me fez procurar maneiras de realizar um trabalho inovador, que contasse com a colaboração de outros colegas envolvidos nesse trabalho, os quais nunca tinham desenvolvido práticas pedagógicas com alunos surdos.

Por isso a temática da educação de surdos na perspectiva da educação inclusiva atraiu a minha atenção, me fazendo pensar em como atuar com esses sujeitos considerando suas diferenças lingüísticas, culturais e identitárias bem como

a forma de se relacionar com o mundo. Para isso alicerço esse trabalho nas discussões do campo dos Estudos Culturais em Educação que me possibilitam tensionar aspectos que envolvem a educação de surdos, como a cultura surda e a língua de sinais pelo viés da multiplicidade dos espaços inclusivos, uma vez que “os Estudos Culturais configuram espaços alternativos de atuação para fazer frente às tradições elitistas que permitem exaltando uma distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massa, entre cultura burguesa e cultura operária, entre cultura erudita e cultura popular” (COSTA E SILVEIRA, 2003, p. 02).

Dessa forma, as relações entre os processos culturais que envolvem os fenômenos e as organizações sociais, assim como toda a dinâmica cultural dos diferentes grupos, é parte importante e primeira desse campo de estudo que nesse trabalho compõe desde a configuração do mesmo (composição estrutural) até a maneira como analisamos e tensionamos a temática em questão: a inclusão de surdos. Portanto, o campo dos Estudos Culturais muito mais que uma teoria é uma prática metodológica, que aqui adotamos para problematizar um tema específico.

Dentro desta perspectiva aponto as seguintes questões para pensar a temática desse trabalho: Como vem se processando a educação inclusiva de surdos? Como as subjetividades surdas vem sendo moldadas nesses espaços adaptados? Que configurações de in/exclusão estão ali implicadas?

A partir desses tensionamentos que pontuo frente à realidade escolar inclusiva em que atuo, minha intenção de trabalho, busca problematizar a educação inclusiva de surdos pelo viés da escola inclusiva, a saber, em que sentido as diferenças surdas são consideradas no processo educacional da escola.

2 A INCLUSÃO DE SURDOS NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS: INSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A política de educação inclusiva gerida atualmente pelo Ministério da Educação (MEC) objetiva educar na pluralidade. Portanto a “máxima” é educar na diversidade e para isso a inclusão se torna um paradigma vigente no sistema educacional brasileiro, onde a educação de surdos também passa por esse viés e assim nos leva a pensar em momentos e espaços escolares: a Escola Especial e/ou Escola de Surdos ou a Escola Inclusiva? Qual seria o espaço “ideal”, se assim podemos dizer, ou mais adequado para esse aluno?

Sabemos que para que a inclusão aconteça com qualidade ou da forma mais adequada, torna-se necessário que seja garantido o acesso, permanência e sucesso no processo de ensino e aprendizagem, tudo isso respeitando a singularidade dos sujeitos surdos. Isso corresponde saber que a comunidade surda é um espaço político de lutas pelo reconhecimento das diferenças culturais, históricas e identitárias surdas, de troca de variadas experiências e singularidades destes sujeitos. Além disso, é um território de relações de poder que constroem novas representações em relação ao sujeito surdo e a surdez, não mais pela perspectiva clínica e medicalizante, mas a partir de uma perspectiva sócio-antropológica, que vislumbra o surdo como sujeito cultural e histórico, possuidor de uma identidade singular; aspectos estes que não mais focam o ouvinte como “modelo”, mas o próprio surdo como sujeito construído nessa rede de saber/poder chamada “comunidade surda”.

Para a maioria dos ouvintes, a surdez está relacionada com a incapacidade de comunicação, representada por um mundo de silêncio e escuridão, e a partir dessa matriz representacional se praticam diferentes formas de controle e governo de suas vidas, ou seja, de seu corpo, de sua linguagem e de sua mente. Observa-se isso em diferentes momentos e práticas da história dos surdos: a busca frenética para fazê-los falar; a centralidade da oralização como marco principal na definição de políticas pedagógicas para a sua educação; a proibição do uso da língua de sinais, língua essa constituidora de identidades e comunidades; isolamento comunitário entre crianças e adultos surdos; práticas de colonização e controle de seus corpos e mentes, como a experiência biônica dos implantes cocleares (LUNARDI, 2001, p. 04).

Em relação à citação de Lunardi, podemos inferir que a educação de surdos passou por momentos de extrema vinculação ao mundo ouvinte, no qual a protetização, a busca pela “cura”, por ouvir, era uma necessidade urgente na vida desses sujeitos e suas famílias. Porém, com o advento de uma concepção mais social e histórica da surdez foi possível narrar o surdo de outra forma e assim apostar em propostas educacionais bilíngües que contemplassem a educação de surdos pelo viés da língua de sinais e da segunda língua na modalidade escrita, como forma de inclusão social e escolar.

Nesse sentido, cabe indicar que a intenção de pesquisa desse trabalho em torno da temática inclusiva e a educação de surdos se encontra inserido na Linha de Pesquisa em Educação de Surdos e Estudos Culturais, na qual realiza-se uma pesquisa bibliográfica para tecer as discussões pertinentes, buscando discutir as relações com a diferença, com a cultura e a língua no espaço da escola. Assim, objetiva-se entender quais adaptações e/ou estratégias seriam necessárias para a inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino, a fim de que tenham uma educação de qualidade no que tange suas especificidades surdas.

Com isso, pode-se dizer que o campo dos Estudos Culturais traz possibilidades de problematizar essa nova representação e paradigma na educação de surdos, pois é um espaço de saber que procura entender como os processos culturais e históricos estão envolvidos no processo de educação. E sendo a comunidade surda um espaço de construção histórica e cultural, é alicerçado nesse campo de saber que podemos tensionar a inclusão de surdos e os mecanismos e estratégias envolvidas nesse processo.

Os Estudos Culturais têm uma matriz a partir da qual se desenvolvem elementos incorporados que permitem captar as formas como vivemos na cultura surda. E também os estudos culturais transbordam significantes e significados no que nos é possível identificar no discurso narrativo, que nos identifica enquanto sujeitos surdos ou sujeitos culturais e as nossas formas de produzir pedagógico (PERLIN, 2006, p. 02).

Assim, os Estudos Culturais nos permite tensionar as relações de poder que constituem as práticas inclusivas na educação de surdos hoje, que por sua vez estão ainda perpassadas pelo ideal de “normalidade”, mas que necessitam entender o sujeito surdo para além da falta, como um sujeito da diferença principalmente

lingüística e cultural.

De acordo com a Política de “Educação para Todos”, que está sendo difundida pelo Ministério da Educação no Brasil, e nesse trabalho especialmente a inclusão de surdos, observo que a educação inclusiva requer preparação e formação docente para atuar diante desta realidade. Visto que esse processo deve acontecer de modo a beneficiar todos os participantes, sem imposição de cultura e língua, mas sim no respeito às diferenças, propiciando ambiente adequado para a construção de uma aprendizagem significativa, onde ocorram diferentes trocas entre os participantes.

Por isso a intenção desse trabalho em problematizar a proposta inclusiva voltada às comunidades surdas se dá a partir da visibilidade sobre as escolas regulares e suas dificuldades em atender os alunos surdos e suas especificidades. Nesse sentido, questionam-se quais especificidades surdas devem ser levadas em conta como base para constituir instrumentos pedagógicos que venham a valorizar as produções culturais surdas em contextos de inclusão educacional.

Mesmo sabendo que a proposta inclusiva através de suas legislações ressalta as adaptações necessárias para o acesso, permanência e sucesso no processo educacional inclusivo dos alunos surdos, na sua maioria, observamos que as práticas pedagógicas são insuficientes para atender as demandas lingüísticas e culturais desses alunos. Nesse sentido, cabe tensionar algumas práticas das escolas inclusivas apontando possíveis “dessaranjos” na educação de surdos e sinalizando algumas “pistas” para mudanças pelo viés das diferenças surdas.

3 A LÍNGUA DE SINAIS E O PROCESSO INCLUSIVO: SINALIZANDO ESPAÇOS PARA (RE)PENSAR A DIFERENÇA

Promover a inclusão nas escolas regulares atualmente é um grande desafio, já que além das muitas responsabilidades a elas delegadas como instituição de ensino, outras ações são reivindicadas com o advento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Dentre várias ações está a de ofertar aos alunos com necessidades educacionais especiais uma educação de qualidade, ou seja, para que isso aconteça é necessário que haja uma retomada de discussões sobre a realidade de nossas escolas nos moldes estruturais e pedagógicos em que se apresentam.

Uma escola pautada na perspectiva inclusiva precisa ser redimensionada tanto na parte estrutural, temporal, espacial quanto em suas formas de ensinar e aprender, sendo resignificada a partir das diferenças.

O direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola não somente quanto à aceitação, mas também quanto à valorização das diferenças. Essa valorização se realiza pelo resgate dos valores culturais, principalmente daqueles que fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir (SCHNEIDER, 2006, p. 14).

Cabe a escola, portanto, uma ruptura de paradigma, abandonando práticas ainda baseadas no modelo clínico-terapêutico¹ da surdez, em que o educando ainda é representado como sujeito da falta a ser reabilitado a fim de satisfazer os padrões de normalidade aceitos pela sociedade ouvinte. Assim, os investimentos pedagógicos em relação aos alunos surdos que ainda insistem nas práticas e técnicas de oralização e desenvolvimento da fala, necessitam ser repensados para que a educação de surdos seja representada pelo viés da diferença, o que implica pensá-la através de modelos histórico-culturais.

¹ Segundo Quadros (2003, p. 6), “ao contrário a concepção clínica que visa a medicalização, o tratamento, a normalização do surdo; a concepção sócio-antropológica reconhece a surdez como uma experiência visual, ou seja, como uma forma singular de construir a realidade histórica”.

Em outras palavras, enquanto no modelo médico a lógica baseia-se nas lesões de segmentos corporais e que levam à deficiência, colocando a pessoa em desvantagem frente às exigências da sociedade, no modelo social, a lógica está em como a sociedade se organiza em busca de oferecer condições para o desenvolvimento de potencialidades levando à participação de todos, sem exclusões. (CARVALHO, 2008, p. 26)

Nesse sentido, podemos perceber que as diferenças vistas pelo viés das deficiências são representadas socialmente como algo pejorativo, como uma marca negativa, ressaltando as limitações, a falta, e não considerando as potencialidades. Essas representações também estão presentes nos espaços e práticas escolares, na qual professores e escola não sabem que postura ter diante do aluno surdo, como avaliar, que metodologias adotar, que conteúdos podem ser trabalhados. Entre vários fatores que interferem nessa postura, como formação adequada para os profissionais da educação, investimento pedagógico na área da educação de surdos, nota-se também falta de conhecimentos teóricos que possam alicerçar sua prática educacional, especificamente na rede regular de ensino, realidade na qual atuam.

Assim, uma série de questionamentos perpassa o imaginário de professores que atuam com alunos surdos, pois a surdez ainda é algo muito distante das realidades das escolas regulares, onde faltam informações e conhecimentos em relação à língua de sinais e a cultura surda. E especificamente sobre a cultura dos sujeitos surdos Quadros (2005, p. 04) ressalta:

Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. Elas são de outra ordem, uma ordem com forma visual e por isso tem características que podem ser inteligíveis aos ouvintes. Ela se manifesta mediante a coletividade que se constitui a partir dos próprios surdos.

Nesse sentido, para que a inclusão aconteça na educação de surdos é imprescindível pensar em processos lingüísticos, sociais e culturais que atendam as especificidades das comunidades surdas, percebendo que as diferenças fazem parte dos grupos sociais e são determinadas a partir da perspectiva do outro. Sabemos que cada criança possui características, interesses e necessidades de aprendizagem que são únicas, por isso o sistema inclusivo deve valorizar a individualidade dos alunos com necessidades educacionais especiais, não reforçando suas limitações e dificuldades, nem mascarando práticas excludentes, mas procurando formas de garantir que cada um aprenda, resguardando sua

singularidade.

Sabemos que em se tratando de educação não existem fórmulas mágicas, que apontem uma maneira única de desenvolver o trabalho docente, pois cada realidade exige uma metodologia diferente que esteja adequada às reais necessidades do educando e que atenda aos objetivos educacionais propostos. Para isso, as adaptações na escola inclusiva são de extrema relevância para o acesso, permanência e sucesso do aluno com necessidades educacionais especiais no processo de ensino. Para o aluno surdo é indispensável que os conteúdos curriculares sejam ensinados a ele através da língua de sinais (denominada no Brasil de Língua Brasileira de Sinais), sendo esta a língua natural utilizadas pelas comunidades surdas para se comunicarem.

Essa língua por muitas vezes torna-se uma barreira no processo de escolarização dos surdos, pois os professores não a conhecem e acabam não conseguindo comunicar-se com o aluno surdo. Isso acarreta muitos problemas já que é através dela que o aluno vai comunicar-se e interagir com a comunidade escolar e ter acesso aos conhecimentos. Assim, tornam-se necessárias outras ações que possibilitem ao aluno surdo o acesso ao processo escolar, como a presença de intérpretes de LIBRAS, instrutores surdos ou monitores que conheçam e dominem a língua de sinais.

Sabendo assim, que a língua de sinais é constituidora das identidades surdas e fator identificatório da comunidade surda, ainda percebe-se que algumas questões importantes são deixadas à margem quando se remete a inclusão dos surdos, como nos mostra Lunardi:

Questão como - o que significa para uma criança surda conviver afastada de seus pares? Qual a compreensão do conhecimento e dos saberes que circulam pela escola sem que esses passem pela experiência visual? Qual o espaço ocupado pela língua de sinais nos discursos curriculares e pedagógicos das instituições que têm em seu corpo docente alunos surdos? (2001, p. 05).

Sendo a escola o local onde os surdos potencializam essa aproximação e contato entre seus pares, ou seja, onde a comunidade surda está fortemente vinculada, podendo até mesmo dizer que muitas vezes confundida com o espaço escolar, como podemos destacar a relação surdo-surdo, o papel da língua de sinais e dos artefatos culturais desses sujeitos na constituição do aluno surdo? Ao se tratar de uma escola de surdos os projetos ali estabelecidos, a própria forma de

estruturação se configuram para que essas interações e trocas aconteçam de forma natural. Mas em se tratando de uma escola inclusiva, que ações são ou deveriam ser realizadas para possibilitar e favorecer a língua, a construção identitária, e assim uma educação coerente, adequada? São locais pensados na diferença ou espaços ainda de resistência ouvinte (atitudes arraigadas no ouvintismo)?

Portanto, a política de inclusão que atualmente rege nossas condutas e ações pedagógicas, pode estar “esquecendo” das diferenças, e com isso realizando uma inclusão excludente, pois é necessário pensar em outros aspectos importantes que também fazem parte do processo de inclusão, como o currículo, os métodos, as técnicas, os recursos educativos, por exemplo, para que as especificidades da comunidade surda sejam atendidas, promovendo o desenvolvimento dos alunos surdos.

Nesse sentido, como professores envolvidos na educação de surdos e imersos na atual política de inclusão devemos tensionar e promover ações que contemplem a diferença dos grupos surdos, que não passa pela simples tolerância do diferente, mas pelo reconhecimento da diferença, no movimento de aproximação e entendimento da mesma. Assim, teremos suporte para pensar a inclusão mais próxima das necessidades surdas, no sentido prático ao que se refere às adaptações e/ou as estratégias para colocá-la em movimento.

4 NOVOS OLHARES NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A INCLUSÃO

Para incluir alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs), respeitando suas características, peculiaridades e pensando numa educação que reconheça e valorize as diferenças, é preciso delimitar algumas medidas a serem tomadas a fim de promover o acesso, a permanência e o sucesso no processo educacional. A essas medidas damos o nome de “adaptações”, através das quais se definem ações e estratégias que colaboram para que os alunos com NEEs (necessidades educacionais especiais) consigam aprender de maneira significativa, exercitando o pensamento crítico-reflexivo, deixando de lado a aprendizagem estritamente mecânica.

Visto sob a ótica da educação inclusiva, a escola necessita pensar em um espaço singular para esse grupo de alunos, que ao ressignificar e educar na diversidade, não remeta ao apagamento das diferenças, especialmente apagamento das diferenças surdas, mas sim ao reconhecimento das mesmas. Dentro desta perspectiva, Carvalho (2008, p. 102) aponta que “a proposta de educação inclusiva tem provocado uma verdadeira crise de identidade na escola, levando-a a ressignificar seu papel, suas crenças, políticas e práticas pedagógicas”.

Nesse sentido, diversas questões estão imbricadas no processo educacional inclusivo, como o currículo, os métodos e recursos educativos, a própria avaliação, que permitem ao educando ter acesso e se apropriar do conhecimento de forma mais adequada com suas necessidades, sejam elas lingüísticas, culturais ou de outra ordem.

O currículo, por exemplo, pode ser percebido como uma série de conteúdos que serão desenvolvidos na escola, ou em contraponto, entendidos também como todas as experiências que os alunos trazem de suas vivências. Segundo o Ministério da Educação, “adaptações curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais” (PROJETO ESCOLA VIVA, 2000, p. 08).

Neste contexto, portanto, temos a escola inclusiva e os alunos com necessidades específicas, como os surdos, por exemplo, que suscitam novas formas de pensar os processos escolares. Mas afinal, como devemos agir diante desta realidade? Neste momento é necessário se voltar às adaptações curriculares que são apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais² (PCN's), a fim de analisar estratégias e ações na obtenção de respostas educativas favoráveis.

Para enfatizar a discussão em torno dessas adaptações necessárias a inclusão de alunos com NEEs, em especial, a inclusão escolar de alunos surdos, nos remeteu a duas modalidades em questão: as adaptações de grande porte e adaptações de pequeno porte, tentando problematizá-las no âmbito da educação de surdos, a saber em que sentido as diferenças surdas são consideradas no processo educacional da escola.

4.1 Adaptações de grande porte (adaptações significativas)

As adaptações curriculares de grande porte são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, visando assim atender de maneira adequada os alunos com necessidades educacionais especiais, devendo ser providas pelas instâncias político-administrativas superiores, pois envolvem grandes modificações de ordem burocrática, financeira, num âmbito superior ao espaço da escola.

Podemos elucidar alguns exemplos de adaptações de grande porte como a elaboração do Plano Municipal de Educação, o Projeto Pedagógico de Ensino (municipal e também escolar), a organização de serviços de apoio que visem atender as necessidades de alunos surdos, cegos ou com deficiência mental, deficiência física, etc.

O sistema de administração deve agir de maneira conjunta com os demais órgãos que compõem toda a sua estrutura, pois é dever da administração municipal mapear as pessoas com deficiência, identificar as suas reais necessidades, para assim planejar e implementar ações que garantam a inclusão escolar e social

² Segundo o MEC (1997, p. 10), "os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual".

desses sujeitos.

À administração municipal cabe mapear as pessoas com deficiência existentes na comunidade, identificar suas necessidades especiais, planejar a implementação dos ajustes necessários para que se possa acolhê-las e a elas responder efetivamente, garantindo orçamento para a implementação desses ajustes. Cabe às áreas de atenção pública (Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Cultura, Esporte e Lazer, Planejamento e Orçamento, etc.) se ajustarem, de forma a garantir o acesso e a possibilidade de participação das pessoas com deficiência em todos os recursos e serviços disponíveis à população. Aos profissionais cabem as ações técnicas, em cooperação transdisciplinar; aos órgãos de representação, o diagnóstico das necessidades, o planejamento de ações que promovam a inclusão e a fiscalização da ação pública no ajuste da sociedade (ESCOLA VIVA, 2000, p. 7).

Contudo, percebe-se que na maioria dos municípios ainda não há ações conjuntas entre as instâncias no sentido de efetivar a inclusão. Muitas vezes são ações isoladas que não compilam para estratégias mais eficazes, e o que acontece são escolas escolhidas como pólos municipais inclusivos enquanto outras escolas continuam atendendo apenas os alunos ditos “normais”, portanto sem haver uma rede integrada entre município, estado e instituições escolares, no intuito da “Inclusão para Todos”.

Nota-se que ainda há falhas no sistema educacional, pois a proposta nacional de educação inclusiva diz que TODAS as escolas devem ser inclusivas, por isso para que a inclusão aconteça é necessário momentos de estudos e planejamentos para pensar e implementar estratégias e ações que estejam de acordo com as reais necessidades da comunidade escolar. De acordo com o material do Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais Adaptações de Curriculares de Grande Porte (2000, p. 12), produzido pelo Ministério da Educação e Secretária da Educação Especial, a Secretária Municipal de Educação deverá:

Mapear a população que será atendida pela rede escolar; Identificar as necessidades presentes na população; Identificar quais são as adaptações curriculares de grande porte que devem ser providenciadas, de forma a permitir o acesso e a participação de todos os alunos no cotidiano escolar; Planejar a implementação dessas adaptações, incluindo providências a serem tomadas a curto, a médio e a longo prazos; Implementar as adaptações de acesso ao currículo e as curriculares de grande porte que lhe são de atribuição e responsabilidade.

Para os alunos surdos as adaptações de acesso ao currículo (entendo o currículo como prática cultural, estreitamente ligada às relações de poder.) é de

suma importância, podendo ser consideradas inexpressivas pelo professor, mas possibilitam ao surdo participar de maneira efetiva no processo escolar. Desta forma “adaptações curriculares constituem conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos” (INES, 2010, p.02).

Nesse contexto, ao nos referirmos as especificidades dos alunos surdos em aprender, no que tange principalmente a uma língua diferente – a língua de sinais – e através das experiências visuais, é preciso dar visibilidade as diferenças culturais e lingüísticas da comunidade surda.

De acordo com a Política Educacional para surdos do Rio Grande do Sul,

Como possibilidade de se constituir a educação para as crianças e para jovens surdos pensada pelo campo discursivo da educação, deve-se propor que se realize num ambiente que possibilite o seu desenvolvimento cognitivo, lingüístico, emocional e social. Torna-se por isso fundamental que o acesso à informação seja feito através de processos que possibilitem uma comunicação direta sem restrições (2005, p. 5).

Assim, podemos pensar as adaptações de grande porte no que tange as iniciativas, ações e estratégias que estão sendo tomadas pelas instâncias competentes (nível municipal, estadual, federal) para que as diferenças surdas não sejam “apagadas”, respeitando a língua, a identidade e a cultura surda, ou se ainda são adaptações “revestidas pelo discurso da diferença”, mas que investem na normalização dos alunos surdos.

4.2 Adaptações de pequeno porte

As adaptações de pequeno porte são modificações menores, realizadas pelo professor para o desenvolvimento de sua prática pedagógica, podendo ser concretizadas em diversos momentos da atuação do educador. Garantir acesso e condições didático-pedagógicas para que a aprendizagem aconteça, dando ao aluno surdo o ambiente lingüístico adequado é o objetivo das referidas adaptações a fim de atender a proposta inclusiva na educação de surdos.

Dentre as adaptações que cabem ao professor realizar em sua prática educacional inclusiva, segundo o material do Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades

educacionais especiais Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (2000, p. 10), produzido pelo Ministério da Educação e Secretaria da Educação Especial, estão:

Criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula; Favorecer os melhores níveis de comunicação interação do aluno com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar; Favorecer a participação do aluno nas atividades escolares; Atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários; Adaptar materiais de uso comum em sala de aula; Adotar sistemas alternativos de comunicação, para os alunos com impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação; Favorecer a eliminação de sentimento de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso.

Nesse sentido, para que a inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino aconteça respeitando os princípios de educar na diferença, a partir das singularidades do sujeito surdo e sua cultura, modificações devem ser pensadas. Para isso a construção do Plano de Ensino deve discutir e repensar:

- O currículo;
- A metodologia;
- Os objetivos que poderão ser diferenciados,
- Os recursos educativos;
- A avaliação.

Considerando os aspectos acima mencionados no sentido das adaptações de pequeno porte no espaço da escola a fim de promover a eficácia no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, é necessário também observar e respeitar o tempo e o espaço para que esse processo ocorra, de acordo com as especificidades surdas: período em que se iniciou o contato da língua de sinais pelo aluno, ritmo de aquisição da L1 e aprendizado da L2, aspectos culturais, etc. Segundo Quadros (2000, p. 03), a “alfabetização de crianças surdas enquanto processo; portanto, só faz sentido se acontece na LSB, a língua que deve ser usada na escola para aquisição da língua, para aprender através dessa língua e para aprender sobre a língua”.

Várias modificações estão inerentes ao processo educacional inclusivo, por isso há emergência de tantas discussões e questionamentos no contexto escolar. Mas cabe-nos perguntar, o sistema educacional está apto a atender todos os critérios que o processo atual inclusivo necessita?

Dentro de todas estas questões, visando atender as necessidades

educacionais especiais do surdo, e as adaptações de cunho pedagógica, estrutural, algumas ações são imprescindíveis à educação de surdos, como por exemplo, a presença de intérpretes de língua de sinais para o acompanhamento e a interpretação em LIBRAS dos conteúdos que são ministrados pelo professor regente de cada disciplina e instrutores surdos que passam a ser “modelos” para os alunos e auxiliares na aprendizagem dos mesmos. Esses profissionais possibilitam assegurar o respeito à diferença linguística do surdo, que terá acesso aos conteúdos por meio da sua língua natural, pois é através dela que surdos representam, constroem e significam o mundo; onde a língua de sinais é uma das maiores expressões da cultura surda.

Assim, vale salientar a importância da proposta de educação bilíngüe, que propõe que o aluno surdo tenha acesso a educação através da língua de sinais e a partir dela, aprenda a língua portuguesa escrita, sendo que esta deve ser trabalhada em momentos específicos. Todos estes fatores podem ser considerados com uma mudança necessária e sem volta na prática pedagógica das escolas inclusivas, já que alguns professores são acostumados e preparados para trabalhar com turmas homogêneas, com ditos alunos normais, na média.

Ao contrário, nossas escolas, professores e profissionais envolvidos na educação inclusiva precisam ser preparados para o diferente, o singular, o novo e desafiador, já que as pessoas com necessidades educacionais especiais estão presentes nas nossas escolas e nos exigem mudanças de atitude, outras estratégias e recursos educativos para alcançar os objetivos firmados pela proposta escolar e pelo sistema educacional.

5 ANÁLISE CONCLUSIVA: PARA MANTER A DISCUSSÃO

A escola pública é direito de todos, e dentro deste sistema temos alunos surdos que estão sendo incluídos na rede regular de ensino, respaldados pela Política Nacional de Educação para Todos, tema tão discutidos como nos mostra Veiga-Neto e Lopes:

Não é um exagero afirmar-se que a *inclusão* é hoje um dos temas mais candentes e difíceis nas discussões sobre educação, no Brasil. Vive-se um momento em que, na maioria dos acalorados debates sobre o assunto, sobram opiniões e posicionamentos políticos, mas faltam clareza e objetividade sobre aquilo que é dito. Isso é assim não apenas porque a inclusão é um tema que só recentemente entrou na agenda das políticas públicas, mas, também, porque, sob essa palavra, coloca-se em jogo um intrincado conjunto de variáveis sociais e culturais que vão desde princípios e ideologias até interesses e disputas por significação (2007, p. 948).

Assim, todo o sistema educacional, deve estar preparado para receber o aluno surdo e realizar as adaptações necessárias e cabíveis para que a educação deste sujeito aconteça de forma significativa. Nesse sentido, a importância das discussões, análise e problematização deste processo, já que desta maneira é possível (re) pensar algumas ações no âmbito da escola inclusiva. Assim, percebendo de que forma essas ações podem interferir na vida da comunidade surda, promovendo ou não uma educação em que todos aprendam com as suas diferenças, sem enfatizar a anormalidade do sujeito surdo, em que a sua impossibilidade de oralização seja empecilho para seu desenvolvimento.

A inclusão não é um processo tranqüilo, é uma construção diária que requer quebra de estereótipos, e uma prática educacional que deve valorizar as diversidades. Por isso, incluir não é apenas mais um índice estatístico de matrículas escolares no ensino regular, mas é oferecer subsídios necessários para que o aluno surdo desenvolva o processo de aprendizagem. Para isso, se voltam os olhares às adaptações para a educação de surdos na escola inclusiva, o que nos leva a pensar que a presença da intérprete de língua de sinais nas aulas não encerra a discussão, mas sim é preciso uma análise em nível de planejamento curricular, estratégias de ensino e de avaliação que envolva o surdo neste processo escolar bem como toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, deve haver o reconhecimento da diferença surda nas escolas

inclusivas a fim de que a identidade e a cultura surda sejam bases para o currículo, avaliação e estratégias de ensino, para que não haja uma tentativa disfarçada de normalização e de apagamento das diferenças, mas o reconhecimento e a consideração das mesmas no espaço da escola. Cabe lembrar que o surdo tem direito de usufruir da sua língua natural, de uma educação bilíngüe e multicultural, e que incluir é reconhecer o surdo como sujeito da experiência visual, da especificidade lingüística, e que para isso existem ações e estratégias de outra ordem, qual seja, viso-espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais adaptações curriculares de grande porte.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2000.

Brasil. Ministério da Educação. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais adaptações curriculares de pequeno porte.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2000.

Brasil. Ministério da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)** Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro nº. 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

INES. ADAPTAÇÕES curriculares para alunos surdos. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/ines_livros/17/17_PRINCIPAL.HTM>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

LUNARDI, Márcia Lise. Inclusão/Exclusão: Duas faces da mesma moeda. In: **Cadernos de Educação Especial.** UFSM/RS: n. 18, v. 2, p. 1-112, 2001.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro nº. 23, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

INES. ADAPTAÇÕES curriculares para alunos surdos. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/ines_livros/17/17_PRINCIPAL.HTM>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

LUNARDI, Márcia Lise. Inclusão/Exclusão: Duas faces da mesma moeda. In: **Cadernos de Educação Especial**. UFSM/RS: n. 18, v. 2, p. 1-112, 2001.

PERLIN, Gladis. Surdos: cultura e pedagogia. In: THOMA, A. da S., LOPES, M. C. (Orgs.) **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2006. p. 63-84.

Política Educacional para Surdos do Rio Grande do Sul. (Orgs.) FENEIS / FADERS / SECRETARIA DA EDUCAÇÃO Porto Alegre, RS outubro de 2005.

QUADROS, Ronice Müller. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Revista Ponto de Vista**. UFSC/SC: nº5, p.81-111, 2003.

QUADROS, Ronice Müller. **Políticas Linguísticas: as representações das línguas para os surdos e a educação de surdos no Brasil. Anais II congresso Nacional de Educação Especial- II Encontro da Associação de Pesquisadores da Educação Especial [s.I] 2005.**

QUADROS, Ronice Müller. **Alfabetização e ensino da língua de sinais**. Disponível em:

http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/midiateca_artigos/educacao_surdos_lingu_a_sinais/alfabetizacao-ensino.pdf>. Acesso em: 12 maio de 2010

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Governamentalidade. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas. Vol. 28, n. 100 - Especial, out. 2007. p. 948-963.